



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

**OS PROCESSOS CONTRADITÓRIOS DA APROPRIAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO
DAS FAMÍLIAS EM AUXÍLIO ALUGUEL E DO EMPREENDIMENTO ATACADÃO S.A NO
CONTEXTO DO PORTAL DA AMAZÔNIA**

LIDIANE MARIA SIQUEIRA DAVID ¹

ROSELENE DE SOUZA PORTELA ²

GISELLE CRUZ DE BRITO ³

LUCAS WELLINGTON DA SILVA SILVA ⁴

CAMILA CRISTINA DE SOUZA E SILVA ⁵

Resumo:

O artigo discorre sobre a apropriação desigual do território na orla fluvial sul de Belém, Pará, sendo recorte de pesquisa de dissertação em Serviço Social. O pressuposto teórico-metodológica compreende-se de análise crítico-dialética, técnica quantiquantitativa, pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Evidenciam-se quatro processos contraditórios que advêm da realidade de dois sujeitos.

Palavras-chave: Apropriação do espaço urbano; Portal da Amazônia; famílias em auxílio aluguel; Empreendimento Atacadão.

Abstract:

The article discusses the unequal appropriation of territory on the southern riverfront of Belém, Pará, being part of a dissertation research in Social Work.

¹ Universidade Federal do Pará

² Universidade Federal do Pará

³ Universidade Federal do Pará

⁴ Universidade Federal do Pará

⁵ Universidade Federal do Pará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

The theoretical-methodological assumption comprises critical-dialectic analysis, quantiquantitative technique, bibliographical, documentary and field research. Four contradictory processes are evident that arise from the reality of two subjects.

Keywords: Appropriation of urban space; Amazon Portal; families on rental assistance; Atacadão Development.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a pesquisa de dissertação em Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará. A pesquisa discorreu sobre a apropriação desigual do território na orla fluvial sul de Belém, Pará, e apontou como problema as diferentes formas de apropriação e disputa do território nessa região, tendo como centralidade a análise das diferentes estratégias de apropriação do espaço urbano no Portal da Amazônia em Belém, Pará, diante de duas realidades antagônicas, as famílias em auxílio aluguel e o empreendimento Atacadão S.A.

É no cerne deste contexto, que a discussão sobre direito à cidade e a reforma urbana tornou-se objeto de muitas pesquisas de interesse acadêmico na área, dentre as quais o campo do serviço social se apropriou da questão, transformando-a em elemento de investigação e ação. Nesse viés, o Serviço Social precisa estar no território, produzindo-o profissionalmente, mediado pelas políticas sociais e as políticas urbanas, produzindo conhecimento sobre ‘os territórios de vida’ a partir das determinações concretas frente às práticas socioespaciais de dominação dos subalternos (CARDOSO, 2018).

Considera-se que a metodologia de estudo decorreu a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com aplicação de questionários, entrevistas e análise de dissertações e teses acerca da temática. Desse modo, a análise apoiou-se teoricamente em autores da teoria social crítica, buscando reflexão sobre os processos que estão imbricados nas distintas estratégias de apropriação do território na orla fluvial sul do Portal da Amazônia, como determinações sobrepostas em processos contraditórios das relações socialmente constituídas do vivido dos sujeitos antagônicos na sociedade capitalista. Assim, recorreu-se à Santos (1978), Marx e Engels (1989), Lefebvre (2001), Cruz (2012), Carlos (2015), Cardoso (2017), Cardoso (2018), Harvey (2005), Santos (2016), dentre outros.

Portanto, a discussão deste artigo se estrutura em dois eixos centrais: “Direito à cidade Estado capitalista, e as baixadas de Belém” e “Apropriação desigual do espaço urbano: O Projeto

Orla e os processos contraditórios das famílias em auxílio aluguel e do empreendimento Atacadão S.A, no Portal da Amazônia.

2 DIREITO À CIDADE, ESTADO CAPITALISTA E AS BAIXADAS DE BELÉM

2.1 Discussões reflexivas do direito à cidade e do Estado capitalista socialmente constituídos no território

Segundo Cardoso (2018), o plano da vida cotidiana possui práticas de desigualdades, que estão expressas no desenvolvimento das relações capitalistas. Desse modo, as formas capitalistas de uso e ocupação do espaço revelam modos de reprodução da vida que são modos de apropriação do espaço presentes nas relações contraditórias socialmente constituídas na luta pelo direito à cidade que estão imersas na sociedade capitalista classista.

Consideramos, a priori, a luta pelo direito à cidade em sua totalidade nos parâmetros de Harvey (2014), o direito à cidade é muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora. Para ele, é um direito de mudar e reivindicar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos em refazer a nós mesmos e a nossas cidades.

Para Lefebvre (2001), o direito à cidade se define de um todo complexo inerente de aspectos que se complementam entre si, em que os cidadãos e os grupos, que eles constituem sobre a base das relações sociais, se configuram nas redes de circuito, comunicação, formação e de trocas. Desse modo, o direito à cidade não pode ser entendido apenas por demandas por infraestrutura, equipamentos urbanos e habitação social. Para ele, é um direito humano e coletivo, sendo um compromisso ético e político da defesa do bem comum essencial a vida plena e digna em oposição a mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas.

A lógica das relações sociais constituídas, historicamente legadas e transmitidas pelo passado, nos parâmetros da sociedade capitalista, conformam as requisições do Estado Social Capitalista, o qual se manifesta a partir de distintas configurações e atribuições reverberadas por formas e representações política, econômica e social, do passado e do presente, que se manifestam no modo de apropriação social do espaço urbano atreladas ao aparelho da instituição Estado.

Segundo Marx e Engels (1989), os homens produzem os seus meios de vida, sendo essa uma maneira determinada de manifestar um modo de vida determinado, que coincide com a sua produção e que depende das condições materiais da sua própria produção. Desse modo, “a produção das ideias, representações, da consciência de início imediatamente entrelaçada na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

atividade material e no intercâmbio material dos homens [...] se apresenta na política, nas leis, na moral, na manifestação de um povo” (Marx e Engels, 1989, p. 192-193).

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam na realidade cotidiana, de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo e se manifestam através de processos e funções. Logo, o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (Santos, 1978).

Nessa direção, apresenta-se o caráter dialético do papel do Estado na (re)produção e a apropriação desigual dos entrelaces políticos e econômicos do processo de produção social do espaço urbano. Ou seja, o Estado é o agente promotor da dominação de classe, que, segundo Harvey (2005, p. 78-79), “o uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, em quando afirma que suas ações são para os bens de todos”.

Nesse viés, Santos (2016) pondera que o Estado Capitalista possui em sua estrutura um sistema sociometabólico imbricado nos interesses do capital em que opera a legalidade das ações capitalistas por intermédio de um sistema sociometabólico, em que o Estado tem a capacidade de intervir e atuar através de medidas para manter o funcionamento e cumprir sua função. Desse modo, a política social que se constitui e cumpre o papel essencial a este modo de controle sociometabólico, sendo parte integrante do conjunto de ações do capital.

Salientada por Harvey (2005), a lógica de desenvolvimento herdado pela América Latina é explicitada por meio de uma lógica de desenvolvimento dependente, em que os estados nacionais latino-americanos naturalizam os processos de desenvolvimento à lógica do sistema capitalista de perspectiva espoliativa, assim, o Capital se apropria para acumular lucro, da forma mais degradante, agindo articulado com Estado.

Lojkine (1997) sinaliza a caracterização dupla da cidade capitalista, em que há a crescente concentração dos meios de consumo coletivo, criando um modelo de vida com novas necessidades sociais, e também o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução, do capital e da força de trabalho.

À vista disso, agudiza-se a expropriação dos meios de consumo coletivo e das condições gerais de produção, que apresenta o mundo da mercadoria sobre novas formas, dentre elas, a mercadoria-espaço que se materializa do espaço como mercadoria transformada em valor de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

troca e em valor de uso, dialeticamente, conformada do vivido que orienta as apropriações hierarquizadas dos indivíduos que estão diferenciados pela sociedade de classes (Carlos, 2015).

Nesse caminho, segundo Harvey (2014, p. 212), “o poder político frequentemente procura reorganizar as infraestruturas urbanas e a vida urbana com o objetivo de manter as populações insatisfeitas sob controle”. Reflete o autor que, dentro dos resistentes espaços urbanos coexistem “a construção de estruturas alternativas de governança urbana” (Harvey, 2014, p. 213), ou seja, há incorporação de tudo, desde a coleta de lixo, até o pagamento de pensões alimentícias e a gestão operacional de bairros e comunidades.

Decerto as funções do Estado, na perspectiva de Santos (1997), compreendem-se como instrumento de consenso em torno da construção de um Estado que não é mais mínimo como sugerem as primeiras visões simplistas de inspiração neoliberal e que, portanto, não perdeu sua importância estratégica.

Na verdade, o Estado deve ser minimamente complexo para atender aos desafios do capitalismo contemporâneo. Dessa forma, se restringe a sua atuação como produtor direto de bens e serviços, reforça sua atividade de regulação das políticas públicas, enfatiza seu papel de coordenação entre as várias agências governamentais e os três níveis de governo e entre a esfera pública e a privada, e reorienta suas funções de controle (Santos, 1997).

Portanto, nos meandros das conformações do Estado Social Capitalista reverberadas na apropriação social do território urbano dinamiza-se “uma espécie de ricochete” (Lefebvre, 2001, p. 16). Esse fenômeno explicita a guerra social de todos contra todos, sendo a real guerra travada nas relações socialmente constituídas na sociedade capitalista desigual e classista, que se define entre aqueles que detêm capital e aqueles que vendem a sua força de trabalho.

2.2 As baixadas de Belém e seus processos sócio-históricos de intervenção/revitalização urbanística

As primeiras aglomerações¹ urbanas em Belém se desenvolveram à margem do Rio Guamá, especificamente na Baía do Guajará, em que os bairros possuem contrastes de casas antigas, com e sem conservação em meio a prédios modernos e sofisticados. Nesse entremeio apresentam casas populares com construções em cima de alagados que são conhecidas como

¹ Considera-se aqui a perspectiva segundo o IBGE (2023) sobre favelas e comunidades urbanas que são formas de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação.

palafitas, essas são moradias construídas sobre estacas de madeira muito utilizadas nas margens dos rios ou em áreas alagadiças.

Estas moradias ficam localizadas em áreas de baixada e que possui esse significado devido suas formas naturais integrantes do sítio da cidade, que tem se incorporado ao tecido urbano a partir das necessidades requeridas no decorrer do processo de produção do espaço urbano belenense. Assim, as áreas de baixadas vão definir o espaço geográfico de Belém no processo de produção desse espaço e, também, reconhecer a diversificação e complexidade do uso do solo e da apropriação do solo em belenense. Desse modo, as intervenções que sofrem advêm em razão de políticas urbanas que buscam saná-las ou recuperá-los (Trindade Jr, 1993).

Neste cenário, permeiam-se a vida cotidiana de moradores das áreas das bacias hidrográficas da cidade de Belém, à qual é composta de 14 Bacias Hidrográficas, sendo que a maior parte da área continental do município encontra-se em cotas inferiores a 4 (quatro) metros, estando diretamente sob influência dessas bacias, o que lhes impõem uma condição de terrenos alagados ou sujeitos a inundações (Belém, 2020).

Essas bacias possuem peculiaridades entre si, trata-se de um território permeado de complexidades sócio-políticas e são afetados direta e indiretamente pelas ações de urbanização. Pode-se dizer que a mercantilização do território é evidente em três bacias hidrográficas (Estrada Nova, Una e Tucunduba) que tiveram sua fisionomia reconfigurada por projetos de intervenção urbanística, como o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, o Projeto Orla e o Projeto Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba (Cruz, 2012).

Segundo estudos de Cruz (2012), se constatou que na cidade de Belém, a lógica dos projetos urbanísticos não consegue resolver a situação da moradia digna nas metrópoles amazônicas, onde um dos maiores problemas provocados pelos programas está relacionado à questão habitacional, em decorrência da necessidade de demolições dos imóveis que se encontram no caminho do programa e, conseqüentemente, da retirada dos moradores das áreas, com desalojamento de centenas de famílias que vivem nas áreas de intervenção acerca de 30 a 40 anos.

Os projetos são pensados, planejados e materializados pelo poder público, evidenciando que as intervenções urbanísticas têm caráter de reprodução do capital, e não reprodução social popular – que é demandado pela população, como a moradia digna, o saneamento básico, a infraestrutura urbana, entre outras. Nessa direção, pode-se considerar que, segundo Cardoso (2017), os projetos de renovação urbanística têm, estrategicamente, como mote a solução de

problemas de infraestrutura urbana localizadas em áreas precárias onde vivem grandes parcelas das populações empobrecidas.

No âmbito da atuação do setor público na Região Metropolitana de Belém (RMB), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) compreendeu a execução de obras de urbanização de assentamentos precários, saneamento ambiental e macrodrenagem, que viabilizaram a execução de ações integradas, com a implantação de infraestrutura urbana, produção habitacional e de equipamentos urbanos, regularização fundiária, que na perspectiva de intervenção em assentamentos pode ser considerado um avanço (Rodrigues; Araújo; Castro, 2018).

O balanço do PAC apontou as condições pouco favoráveis de elaboração dos projetos, que se revelaram um desafio. Nesse viés, com a existência de áreas alagadas, densas e que demandam intensa remoção em função da presença de palafitas, as soluções de drenagem e infraestrutura de saneamento, a forma de tratamento das Áreas de Proteção Permanente (APP), a disponibilidade de áreas para produção de novas unidades habitacionais faz parte do rol de questões que impactam fortemente as condições de implementação das propostas aprovadas.

Segundo Rodrigues; Araújo e Castro (2018), as propostas foram em sua maioria apresentadas pelo Governo do Estado do Pará, em 2007, frente a sua capacidade de comprometimento de contrapartida e de desenvolvimento e execução das propostas, através, principalmente, da Companhia de Habitação do Pará (COHAB/PA).

Bem como reiteraram Cardoso e Ventura Neto (2013), por certo, o reordenamento das redes de infraestrutura e a distribuição dos serviços e equipamentos são passivos a ser enfrentado, desde a época dos fluxos migratórios dos anos 1980, decorrentes dos grandes projetos federais, que vem sendo agravados pelas estratégias do setor imobiliário e do posicionamento do setor público, que não valoriza o planejamento, a democratização da informação, e a politização da discussão ambiental (para a região e para a cidade) na Amazônia.

Reitera-se, portanto, que nos anos de 1990 aos anos de 2000, ampliou-se os projetos Econômicos na Amazônia, com a edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), infraestrutura urbana e social, e outros processos. Esses evidenciam a Amazônia, e a cidade, como lugar de gestão de serviços com investimento em projetos urbanos. Tudo isso com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nas grandes capitais, como no caso de Belém (Cruz, 2012). Diante disso, o planejamento é pautado na consecução de projetos

de renovação urbana que tem como objeto o conceito de cidade privilegiada e dotada de infraestrutura (Cardoso, 2017).

3 APROPRIAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO: O Projeto Orla e os processos contraditórios das famílias em auxílio aluguel e do empreendimento Atacadão S.A no Portal da Amazônia

Como indicado por Ponte (2007), o município de Belém do estado do Pará passa por processos de reconfiguração territorial em múltiplas frentes, que acontecem ligados às estratégias que se articulam ao crescimento econômico e aos discursos do poder público sob a égide da possibilidade de exploração de novos setores da economia e da dinamização e modernização de outros já trabalhados na cidade.

É neste processo de reconfiguração territorial que se situa o Projeto Orla, o qual advém da materialização do projeto Portal da Amazônia que é implementado na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), desde 2005, pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em parceria com o Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na modalidade urbanização de favelas.

O projeto Portal da Amazônia compreende, por um lado, o Programa de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (PROMABEN), que reúne ações de saneamento básico das áreas ocupadas por moradias às margens dos cursos d'água e, por outro lado, o Projeto Orla que congrega ações de urbanização, pavimentação e paisagismo das vias reconfiguradas às margens do rio Guamá (Cruz, 2012).

Segundo Marinho (2021), na extensão territorial da BHEN, a prefeitura adotou uma metodologia que permitisse que a bacia em questão fosse dividida em quatro sub-bacias (I, II, III e IV), para efeito de organização e intervenção do projeto Portal da Amazônia em etapas, sendo que o Projeto Orla se dá pela margem do rio Guamá, enquanto o PROMABEN acontece na margem do Canal da Av. Bernardo Sayão ou Estrada Nova.

Ademais, a intervenção urbanística do Projeto Orla aconteceu apenas no âmbito da sub bacia I, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB), realizada na orla da BHEN, enquanto uma parte da sub bacia I e as demais sub bacias II, III e IV recebem a intervenção do PROMABEN (Marinho, 2021).

A intervenção urbanística na área do Portal da Amazônia, principalmente na área de abrangência do Projeto Orla, repercutiu na celebração do Plano de Reassentamento Portal da

Amazônia/Orla de 2008, uma vez que, para a consolidação do Projeto Orla, houve a necessidade da remoção da população da área alvo da intervenção.

Para a execução do empreendimento, a prefeitura de Belém fez o remanejamento de famílias que moravam em áreas de extrema pobreza, comprometendo-se em construir um conjunto habitacional para devolver moradia digna aos moradores que foram atingidos pelo Projeto Orla (ALEPA, 2019).

Segundo Marinho (2021), o processo de remoção atingiu 388 imóveis e o Projeto Orla previa o reassentamento de 360 famílias que optaram por uma unidade habitacional a serem construídas no local da intervenção logo após a urbanização da nova via, mas que até o presente momento não foram concluídas em sua totalidade.

O que se têm são famílias que passaram a viver de auxílio aluguel devido a intervenção. Do total de 360 famílias apenas 16 foram assentadas no ano de 2012, em edifício de dois blocos construídos próximo à orla (MPF/PA, 2018). Desde esse período, apenas no ano de 2021 foram entregues mais um pequeno quantitativo de 15 unidades habitacionais para 15 famílias.

Com o avanço das obras, criou-se a nova orla de Belém, mas, no entanto, os moradores continuaram sem receber os imóveis e vivendo de aluguel (OLIBERAL, 2019). Como consequência, ocorreram intensos processos de lutas devido aos treze anos de aguardo para o reassentamento das famílias no Projeto Habitacional Portal da Amazônia.

A viabilidade da entrega dos apartamentos, que são as unidades habitacionais, advém da entrega do Projeto Habitacional Portal da Amazônia que se configura a passos lentos mediado por constantes pressão da população afetada por intermédio de intensos processos de luta frente a SEHAB e seus órgãos competentes.

É a partir do movimento de reivindicação que se apresenta a Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA), que surgiu em decorrência do Projeto Orla, especificamente na sub-bacia 1. A denúncia da AMPRA gira em torno das unidades habitacionais planejadas para assentar as famílias remanejadas, as quais ainda estão aguardando. Nesse sentido, é feita a pressão por meio de audiências públicas e reuniões com os moradores prejudicados e com os responsáveis pela obra (Cruz; Santos, 2017).

Tendo por finalidade de explicitar a caracterização desse público como representante da classe trabalhadora, destaca-se o seu perfil sociodemográfico, levantado em pesquisa de campo pela aplicação de questionário semiestruturado com 28 famílias entrevistadas. Constatou-se que 60% desse público possuem ensino fundamental incompleto, 28% trabalham na modalidade

informal e 54% não trabalham, 63% moram no bairro do Jurunas, 86% possuem cadastro NIS, e 69% recebem algum tipo de benefício social. Diante disso, pode-se apontar que 9 entrevistados afirmaram receber o auxílio Brasil, correspondendo a 69% dos entrevistados que recebem algum tipo de benefício social.

Além disso, 79% afirmaram que antes da situação de auxílio moravam em domicílios comprados e 25% moram atualmente em áreas alagáveis. Ademais, a pesquisa revela que 46% dos entrevistados afirmaram complementar o valor do auxílio aluguel com até 250 reais, enquanto 40% do total afirma complementar com valores entre 250 e 500 reais, de forma a indicar que a renda familiar de todos os entrevistados é comprometida com aluguel.

É, neste contexto de conflitos, que se instala nas proximidades Projeto Orla o empreendimento Atacadão S. A, enquanto representante do grande capital, o qual apresenta-se em seus processos sócio-históricos das deliberações política, econômica e social, e, principalmente, explicitados via processos de embargo de obras em determinados estados do Brasil. Assim, para situar a realidade da qual advém o empreendimento em questão vale resgatar o seu contexto de origem².

Foi durante os anos de 2001 a 2007 que o Atacadão S.A intensificou seu plano de expansão pelo país a partir da sua venda para o grupo francês Carrefour. Assim, a partir dos anos de 2007, dobrou-se o número de unidades e o Atacadão tornou-se uma empresa multinacional com o Carrefour, o qual viu a oportunidade de expandir o modelo de negócio do Atacadão para outros países³.

Ocorreu, no entanto, em 2018 a deliberação do procedimento de embargo do Atacadão na orla, em Belém. Segundo Ministério Público Estadual – MPE/PA (2018), o empreendimento se estabeleceu com possíveis irregularidades na execução da obra. Nessa direção, constatou-se a presença de diversas irregularidades nas licenças emitidas pelas Secretarias Municipais de Belém, além da emissão de alvarás que estariam em desacordo com disposições legais, sendo emitido de forma inadequada a zona pertencente ao projeto - zoneamento – ZAU 7- Setor III - previsto no Plano Diretor Municipal, e na Lei de Controle Urbanístico.

Diante disso, constatou irregularidades de cunho ambiental por intermédio de levantamento técnico do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar do Ministério Público (GATI) por

² Levantamento no Site Atacadão S.A, 2022. Disponível em: <https://www.atacado.com.br/quem-soos/> Acesso em: 14 fev. 2022.

³ Foi nos anos de 2015 que a empresa conquistou o Brasil, pois alcançou todo o território nacional com a loja de nº 121, em Boa Vista Roraima (RR). E, mais precisamente, foi no ano de 2022 que o empreendimento foi considerado a maior rede atacadista do Brasil com um quantitativo de mais de 250 lojas.

meio de uma Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, que apurou os fatos sobre irregularidades nas licenças emitidas pelas Secretarias Municipais de Belém.

Foram apuradas divergências no tamanho da área constantes no licenciamento irregular levantando a suspeita de que o Projeto Imobiliário Portal do Mangal SPE 54 Ltda não possuiria a posse legal da área total sobre a qual está pretendendo construir galpão, estacionamento, área de carga e descarga (AAPBEL, 2019). Desse modo, aponta-se um caso de suspeita de grilagem de terra urbana.

Além disso, constatou-se na documentação fundamentada do licenciamento ambiental que não houve sequer a consideração sobre o tipo de atividade do entorno, como o Hospital da Aeronáutica, assim como os impactos que extrapolaram a fase de instalação. Ademais, apontou-se que o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) não abordou elementos essenciais à análise do órgão ambiental (MPE; MPF, 2018).

A justiça do Pará, contudo, autorizou, em 2021, o funcionamento do Atacadão na orla de Belém. Assim, em agosto de 2021, realizou-se a inauguração da segunda loja do Atacadão em Belém. Mesmo com a disposição deliberada pela justiça para abertura da filial na orla de Belém, o Conselho Municipal de Meio Ambiente teve o posicionamento contrário ao licenciamento do Atacadão na orla. E, em setembro de 2021, foi votado em unanimidade pelo Conselho o voto contra o licenciamento e apesar da decisão, a Prefeitura de Belém ressaltou que continuaria exercendo a “competência de licenciamento urbanístico e ambiental do Atacadão, de acordo com a legislação vigente e a favor do interesse público” (DOL, 2021, s/p).

Diante destas determinações, configura-se a lógica estratégica pela via da reapropriação das margens fluviais da classe dirigente, que se evidencia no discurso do vereador da Câmara Municipal de Belém (Entrevista CMB, 2021): “O plano diretor é a principal ferramenta porque garante as alterações ampliações de uma cidade é só você olhar para Fortaleza e ver quanto Belém ficou para trás hoje nós vemos orlas bonitas nessa cidade o turismo fluente geração de emprego renda trabalho que é o mais importante a população”.

É nesta amalgama de conflitos sociais que se materializa a realidade sócio-histórica das famílias em auxílio aluguel e do empreendimento Atacadão S.A, o que expressa os sujeitos divididos em classes sociais antagônicas imersos em suas realidades contraditórias nesse espaço desigual e combinado que se apresenta no Projeto Orla. Desse modo, a realidade desses sujeitos divididos em classes sociais está expressa, segundo Cardoso (2018), nas formas capitalistas de

uso e ocupação do espaço que revelam modos de reprodução da vida que são os modos de apropriação do espaço, que estão presentes nas relações contraditórias socialmente constituídas.

Decerto, considera-se que a faixa que se encontra em processo de intervenção pelo projeto Orla, desde 2008, tem sido lugar de disputa entre o poder público e os sujeitos que nela vivem, pois os imóveis de dentro da área delimitada pelo projeto foram objeto de desapropriação, cujas famílias foram submetidas a várias soluções, como indenização, auxílio-aluguel, auxílio-comércio e unidade habitacional (Cruz, 2012).

Frente a isso, pondera-se que o empreendimento Atacadão se estabelece na área revitalizada do Projeto Orla via flexibilização dos parâmetros legais do Plano Diretor de Belém, como também, a Lei Complementar de Controle Urbanístico de Belém (LCCU). Essas determinações tendem em intensificar a expansão do modo de produção capitalista na cidade de Belém, expressas nos processos contraditórios da estratégia de resistência e permanência das famílias em auxílio aluguel, como também, da estratégia de reapropriação da orla fluvial do Portal da Amazônia, pelo empreendimento Atacadão S.A.

Este processo de intervenção urbana expressa uma forma de acumulação por espoliação (Harvey, 2005), que ocorre sobre sua base estrutural fundada na exploração da força de trabalho, na apropriação privada da riqueza socialmente gerada pelo trabalho, no processo exponencial de valorização do valor, no desenvolvimento contínuo (e predatório) das forças produtivas, na expropriação sempre renovada da terra e outros meios de vida dos trabalhadores (Cardoso, 2018).

Desse modo, afirma-se que “o processo de reprodução ampliada do capital ocorre, histórica e espacialmente, sob um movimento [...] expansivo de suas próprias contradições, notadamente sobre a permanência e aprofundamento de antigas expropriações” (Cardoso, 2018, p. 50). Portanto, há a criação de novas formas expropriadoras da vida que geram conflitos e lutas recorrentes (Cardoso, 2018).

Cabe ressaltar que o Estado é o agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classe e, assim sendo, ele vai refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos. À vista disso, agravam-se as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suportes de funções sociais contraditórias (Lojkin, 1997).

Desse modo, as distintas estratégias de apropriação dos sujeitos no território da orla sul de Belém, estão expressas nas contradições aqui destacadas e explicitadas na transversalidade das

contradições sócio-históricas da realidade das famílias em auxílio aluguel do Portal da Amazônia e do empreendimento Atacadão S.A, divididos em classes sociais antagônicas.

Nesse viés, destaca-se a precarização das relações de cunho político, econômico, social e cultural no espaço/território urbano, que se resulta no 1º ponto de análise correspondente à realidade das famílias em auxílio aluguel no espaço/território em contraponto à realidade do empreendimento Atacadão S.A no espaço/território.

Ademais, apresenta-se a (des)articulação das classes sociais (trabalhadora e dirigente) no espaço/território urbano, essa imbrica o 2º ponto de análise, que se refere a lutas sociais de permanência das famílias em auxílio aluguel no território em contraponto a redes políticas, econômicas, sociais e culturais do Grupo Carrefour, Atacadão, que gera valor como um 'ecossistema de negócio'.

Como também qualifica juridicamente/regulamente a precarização das relações capitalistas desqualificando a classe trabalhadora e qualificando a classe dirigente, isto imbrica o 3ª ponto de análise, que compreende o uso e ocupação ilegal do território das famílias em auxílio aluguel em contraponto ao uso e ocupação legal do território do empreendimento Atacadão S.A.

Por último, a Lógica estratégica de reapropriação da Orla Sul fluvial de Belém, que estar imbricado no 4º ponto de análise, que compreende a estratégia de apropriação do território pela via da resistência/permanência das famílias em auxílio aluguel em contraponto a estratégia de apropriação do território pela via da reapropriação das margens fluviais, da classe dirigente.

Portanto, a intervenção urbanística que se configura na BHEN é determinado por pontos e nexos contraditórios que se corroboram e se expressam nas relações socialmente constituídas nesse território. Diante de tudo isso, desvela-se a lógica de reprodução do capital que se apropria das relações socialmente constituídas na área do Portal da Amazônia com viés de sua manutenção e acumulação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso dos sujeitos antagônicos e suas distintas estratégias de apropriação do território na Orla Fluvial Sul do Portal da Amazônia possuem determinações imersas em processos contraditórios das relações socialmente constituídas na sociedade capitalista. Deste modo, os processos contraditórios da realidade sócio-histórica das famílias em auxílio aluguel e do empreendimento Atacadão S.A apresentam os sujeitos divididos em classes sociais antagônicas imersos em suas realidades contraditórias.

Neste espaço desigual e combinado do Portal da Amazônia evidenciou-se o movimento dialético dos processos contraditórios configurados e materializadas nas diferentes estratégias de apropriação desigual do território na Orla Sul do Portal da Amazônia.

Esta determinação está presente na implementação de projetos de revitalização, o Projeto Orla, como também de projetos imobiliários, destacando aqui o denominado Projeto Atacadão do Portal da Amazônia. Neste campo de contradições permeia a ação do Estado nas políticas públicas na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova e na flexibilização jurídica para a materialização do empreendimento Atacadão S.A.

Portanto, esta determinação é mediada pela lógica de projetos intervencionistas elaborados, planejados e implementados pelos representantes públicos. Diante de tudo isso, desvelamos que a lógica de reprodução do capital se apropria das relações socialmente constituídas na área do Portal da Amazônia com viés de sua manutenção e acumulação.

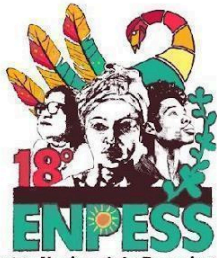
É determinante o agravamento das famílias em situação de auxílio aluguel tendo em vista a expropriação do espaço pelo grande representante do Capital, que obstrui o direito à moradia digna e acentua as desigualdades locais. Neste sentido, a Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA) resiste na luta pelo direito à moradia digna e promove continuamente ações de pressão sobre o poder público na região metropolitana de Belém.

Esta análise possui relevância, pois vem a corroborar para a dimensão investigativa do Serviço Social que tem como objeto de estudo e intervenção profissional a questão social em suas múltiplas expressões.

Nessa direção, consideramos as colocações de Cardoso (2018), é necessário ao serviço social investigar e conhecer as diferentes formas de apropriação, uso e ocupação da terra, suas tradições e histórias de conflitos e resistências, em que a vida cotidiana da classe trabalhadora se processa a partir do tempo e das necessidades.

Logo, a dimensão investigativa da profissão é subsídio à intervenção profissional qualificada, como também a pesquisa social, visto que articula intrinsecamente as três dimensões ético-política, teórico-metodológico e técnico-operativo, como requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe em seu próprio processo de trabalho (ABESS, 1997, p. 67).

REFERÊNCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (2019). **Sessão Especial ouve reivindicações de moradores do Portal da Amazônia.** Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/2518/>. Acesso em: 9 julho. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABESS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS.** São Paulo: Cortez, n. 7 1997, p. 67.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PATRIMÔNIO DE BELÉM – AAPBEL (2019). **Ministério Público embarga pela segunda vez obras irregulares do Atacadão na orla!** Disponível em: <https://aapbel.blogspot.com/2019/06/?m=0>. Acesso em: 10 agosto. 2021.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Bacias Hidrográficas de Belém.** Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/codem_mapas/Mapa%20%20Bacias%20Hidrograficas%20de%20Belem.pdf. Acesso em: 5 março de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM – CMB (2021). **Sessões Especiais e Ordinárias transmitidas pela Câmara Municipal de Belém (CMB) no canal do YouTube.** ENTREVISTAS (2021).

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. **A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 55-75, jan/jun 2013. Disponível em: <file:///E:/MATERIAL%20PARA%20ORGANIZAR/A%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20urbana%20de%20Bel%C3%A9m.pdf>.

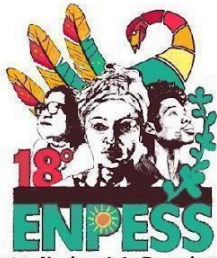
CARDOSO, Welson Sousa. **Mercado imobiliário e verticalização de empreendimentos residenciais na produção da segregação socioespacial em Belém.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. **Terra e propriedade como fundamento da análise das questões agrária, urbana e ambiental.** In: SANTANA, Joana Valente. Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas: Papel Social, 2018.

CARLOS, A. F. A. **A Tragédia Urbana.** Livro: A Cidade como Negócio. CARLOS, A.F.A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ. Editora Contexto, 2015.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições de moradia em Belém e Manaus.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará Belém, 2012.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. **Atualização da Leitura Acadêmica acerca de Movimentos Sociais Urbanos em áreas de Grandes Projetos Urbanos em Belém.** Relatório de Atividades de Bolsistas de Extensão. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DOL. **Justiça autoriza funcionamento de Atacadão em orla de Belém.** Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/668812/justica-autoriza-funcionamento-de-atacado-em-orla-de-belem?d=1>. Acesso em: 14 agosto. 2021.

DOL. **Conselho vota contra funcionamento do Atacadão em orla.** Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/671451/conselho-vota-contra-funcionamento-do-atacado-em-orla?d=1>. Acesso em: 4 setembro. 2021.

HARVEY, D. **A acumulação via espoliação.** In: O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005, p. 115-133.

HARVEY, D. **A teoria Marxista do Estado.** In: A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005, p. 73-92.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014. A teoria Marxista do Estado. In: A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005, p. 73-92.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital.** Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Janur. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 180.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** 2a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Capítulo II: Da política estatal à política urbana. O papel do Estado na urbanização capitalista.

MARX, K.; ENGELS, F. **A história dos homens.** (A ideologia alemã). In: Fernandes, Florestan (Org.) História. Marx e Engels. São Paulo: Ática, 1989. (p. 182-214) (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa.** 2º Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA) (2020). Documento: **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).** Disponível em: <file:///E:/MATERIAL%20PARA%20ORGANIZAR/TAC%20-%20Protocolo%20n%2022974-2020.pdf>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. (2018). **Procuradoria da República no Estado do Pará.** Edital Recomendação PR/PA, nº 36/2017.

MARINHO, Taynáh de Nazaré Argolo. **Condições de moradia e de sobrevivência das famílias em auxílio aluguel em Belém-PA: Os efeitos do Projeto Orla e o (Não) direito à moradia digna na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova.** 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O LIBERAL (2019). **Moradores Fazem ato por obras no Portal da Amazônia**. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/moradores-fazem-ato-por-obras-no-portal-da-amazonia-1.218833>. Acesso em: 7 julho. 2020.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. **Cidade e água: Belém do Pará e estratégias de reapropriação das margens fluviais**. Arquitetos, ano 8, jun. 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/237>. Acesso em: 10 abril. 2022.

RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE. **Grupo Carrefour Brasil (2019)**. Disponível em: <https://www.grupocarrefourbrasil.com.br/wp-content/uploads/2021/02/REL.SUSTENTABILIDADE-2019.pdf>. Acesso em: 10 fev.2022.

RODRIGUES, Roberta Menezes; ARAÚJO, Queila Pantoja de; CASTRO, Ravy Bassalo de. **Urbanizar as baixadas: Um balanço do PAC na Região Metropolitana de Belém**. Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC / Organização Adauto Lúcio Cardoso, Rosana Denaldi. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2018. p. 352.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Milena. **Estado, Política Social e Controle do Capital**. Maceió: Coletivos Veredas, 2016.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Tg5ZpD4bVvfjFLg87yZB5gg/?lang=pt>. Acesso em: 4 dezembro. 2020.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e diversidade do uso do solo em áreas de baixadas saneada- Belém (PA)**. Dissertação de Mestrado - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 1993.